

Design para o território: uma reflexão teórica

Design for the territory: a theoretic reflection

Reyes, Paulo; Dr.; Universidade do Vale do Rio dos Sinos
reyes@unisin.br

Franzato, Carlo; Dr.; Universidade do Vale do Rio dos Sinos
cfranzato@unisin.br

Resumo

Esse artigo é resultado das investigações ocorridas no grupo de pesquisa em design aplicado ao território. O estudo parte de uma revisão teórica dos princípios do projeto territorial, até chegar a contribuição específica que o design através da sua própria metodologia pode fornecer para a valorização do território. A disciplina do design tem competências específicas que lhe permite abordar de maneira original o território. O artigo focaliza-se na capacidade do design de interpretar o capital territorial produzindo cenários nos quais os projetos serão desenvolvidos.

Palavras Chave: design estratégico, design territorial, valorização territorial.

Abstract

This article presents some results obtained in a research project considering design applied to territory. This study considers a theoretical review of territorial design, the specific contribution of design as a discipline and methodology for territorial valorization. The design approach has specific competences that allow a different view of territory. In this context, these paper focuses in the design interpretative capacity to evaluate the territorial capital building cenaries which the projects will be develop.

Keywords: *strategic design, territorial design, territorial valorization.*

Anais do 8º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design

8 a 11 de outubro de 2008 São Paulo – SP Brasil ISBN 978-85-60186-03-7

©2008 Associação de Ensino e Pesquisa de Nível Superior de Design do Brasil (AEND|Brasil)

Reprodução permitida, para uso sem fins comerciais, desde que seja citada a fonte.

Este documento foi publicado exatamente como fornecido pelo(s) autor(es), o(s) qual(is) se responsabiliza(m) pela totalidade de seu conteúdo.

O problema da abordagem do território

A cidade, por princípio, é um bem comum a todos aqueles que nela vivem. É constituída e marcada pela diversidade. No entanto, apesar de a cidade ser, eminentemente, uma organização coletiva, ela cresce, na maioria das vezes, a partir de uma lógica de ocupação privada e não de uma organização do espaço de uso público. Se a cidade é organizada por uma lógica privada, o mesmo não ocorre na maneira como ela é vivenciada. Por isso, apesar da propriedade ser privada e de interesse restrito, a maneira como o solo é ocupado não diz respeito, única e exclusivamente, ao proprietário do terreno, mas ao conjunto de cidadãos que nela vivem, pois a cidade é uma resultante da ação coletiva. E é para o coletivo que ela se faz presente.

No entanto, sabe-se que as forças políticas e econômicas dentro da cidade são por demais desequilibradas. Sendo assim, não é possível que se deixe a ocupação do solo territorial urbano ao sabor do mercado. Considera-se então que, por um princípio ético, o interesse coletivo esteja acima do interesse individual. E, nessa perspectiva, se a regra é para todos, é necessário que se crie um instrumento que normalize e controle a cidade como um todo, em um sentido de que o bem comum não esteja à deriva do bem privado. Ou seja, o interesse privado não deve estar acima do bem comum.

A partir dessa concepção, de que o bem coletivo deve ser garantido, é que tem sido criado, historicamente, um instrumento regulador do crescimento urbano nomeado Plano Diretor. Esse plano tem por finalidade básica controlar o crescimento urbano a fim de garantir o bem comum e restringir as iniciativas privadas de ocupação do solo territorial. Assim, o plano diretor de desenvolvimento visto só como um oráculo que a tudo vê e que tem poder de antecipação, não serve mais, pois a lógica de crescimento social é muito mais dinâmica do que qualquer tipo de regramento. Somam-se a isso, políticas públicas e a inserção de novos instrumentos de desenvolvimento urbano que permitem que as ações frente ao território urbano sejam mais eficazes e menos rígidas, portanto, de cunho mais estratégico do que restritivo.

Um olhar estratégico e projetual sobre o território

O olhar estratégico sobre a cidade permite uma ação sobre o território mais efetiva para o seu desenvolvimento do que os tradicionais planos diretores. Essa visão estratégica faz com que a cultura do território não pareça ser mais uma cultura do controle, quase separatista entre o bem e o mal, onde o privado faz o papel do mal e o poder público controla e protege o bem, mas compartilha responsabilidades sobre o desenvolvimento da mesma.

De qualquer maneira, isso não exime o poder público da responsabilidade pelo gerenciamento da cidade, mas, na perspectiva aqui apontada, o poder público passa a ser um articulador e um maestro desse desenvolvimento e menos um agente restritivo. A ação da articulação entre os mais diversos segmentos sociais está na orquestração do poder público como um agente que deve facilitar e propiciar os acessos aos mais diversos segmentos sociais no crescimento do território urbano.

Território aqui é entendido como “uma porção de espaço codificada, onde os símbolos e suas ordens tendem a imantar o espaço, organizando o regime de forças que nele habitam ou que por ele passam não necessariamente controlados apenas por um poder soberano, mas também por valores de determinada sociedade” (Duarte, 2002:65). E para Dematteis,

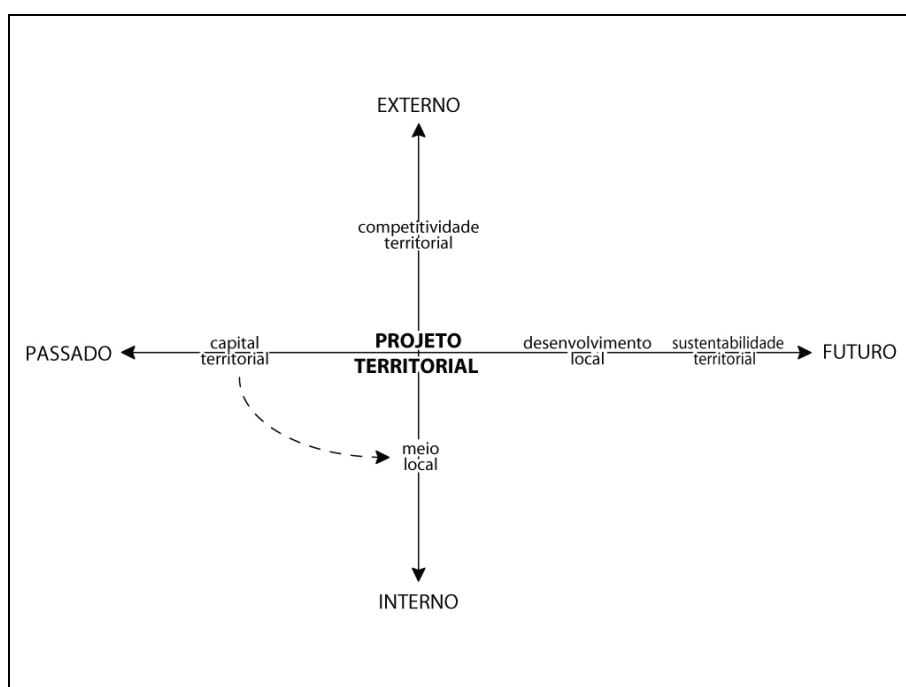
“territorialidade é uma mediação simbólica, cognoscitiva e prática que a materialidade dos lugares exerce sobre o comportamento social” (Dematteis, 2004:172). Talvez seja, justamente, o fato de relacionar território com prática social, que nos possibilita avançar conceitualmente. Então, saímos de uma noção estática de território para pensá-lo como a ‘ação’ de territorializar.

Para Magnaghi “o território não existe em natura: isto é um êxito dinâmico, estratificado, complexo de sucessivos ciclos de civilização; é um complexo sistema de relações entre as comunidades empossadas (e as suas culturas) e o ambiente” (2000:61). Assim, o território não seria propriamente projetado, nem projetável, enquanto isto não é verdadeiramente fruto das vontades e das obras de uma dada comunidade empossada em um dado ambiente, quanto do processo de interação entre os dois. Poderíamos comparar o território a um “organismo vivo em alta complexidade” capaz de autoprojetar-se (2000:85).

Isto não significa excluir a possibilidade de agir sobre o território através de um desenho, mas significa que as ‘ações territoriais’ devem necessariamente ser contextualizadas na vivacidade e na complexidade do território, ou seja, elas devem ser consideradas também enquanto interações, correlações e reações.

A experiência do observatório LEADER - é um observatório europeu que monitora os fenômenos de valorização dos territórios - ensina que na base do projeto do território está o capital territorial (Farrell et al., 1999:19). Da análise do capital territorial, de fato, pode ser individualizada aquela que Castelli chama porta de acesso projetual: um diferencial característico de um território (na literatura de área francesa falaríamos de milieu local) a partir do qual é possível desenvolver um bom projeto de valorização (Castelli, 2005:02).

Em tempos relativamente recentes, a relação entre o capital territorial e o desenvolvimento local foi submetida a uma análise crítica que tem na dupla conceitual sustentabilidade/competitividade a principal chave de leitura. No esquema a seguir, colocamos os principais conceitos apresentados neste parágrafo ao longo de dois eixos: um relativo à dimensão temporal (eixo passado-futuro de um território dado) e um relativo à dimensão espacial (eixo interno-externo de um território dado). O projeto territorial coloca-se exatamente no cruzamento dos eixos.



Esquema 1 – O projeto territorial contextualizado no tempo e no espaço

A metodologia do design territorial

Na disciplina do design, assim como em qualquer outra disciplina de projeto, assumem-se cinco principais momentos através dos quais é possível subdividir o ato projetual (Celaschi, 2007: 39):

1. Observação da realidade: “a realidade contém em si o princípio da sua mudança. Observar significa enxergar de maneira finalizada em função de um escopo e/ou de uma hipótese”;
2. Construção de modelos que sintetizam de maneira simplificada a realidade;
3. Manipulação dos modelos, simulando a intervenção na realidade;
4. Avaliação dos prós e dos contras do processo simulado a fim de escolher quais são as melhores soluções identificadas;
5. Transformação na realidade das soluções simuladas.

A primeira fase, a fase de pesquisa, é de observação do território, através de uma abordagem multidisciplinar. O design tende a interpretar o território, enxergando-o não como um objeto cristalino, mas como uma matéria orgânica: o território é detalhado nos seus aspectos ambientais, econômicos, sociais e culturais, usando um modelo multilevel, e é restituído através do emprego de várias linguagens técnicas e artísticas.

A segunda fase de análise prevê a reelaboração e a restituição dos dados coletados na pesquisa através de representações gráficas. Os suportes elaborados (mapas ico-topográficos, mapas conceituais, mood-boards, esquematização de análises SWOT, etc.) são funcionais e potencializam o diálogo com os stakeholders territoriais.

A terceira fase de síntese é de geração das idéias projetuais. É a fase de articulação entre os outputs analíticos e a execução do projeto.

A última fase, em fim, prevê o desenvolvimento efetivo dos projetos concebidos nos workshops.

Considerações finais

A diferença nessa abordagem para a lógica dos planos diretores é que o território passa ser pensado como um campo de estudos e procedimentos estratégicos. Não estratégico exclusivo na organização e ocupação espacial, mas articulando às mais diversas áreas que compõem o território. O território passa a ser gerenciado e, principalmente, comunicado interna e externamente.

Então, pensando não mais no sentido tradicional, passa-se a conceber essa ação do design estratégico como um método de aplicação em um “sistema-produto”, que assume forma orgânica e coerente com todos os elementos, materiais e imateriais, que configuram as ofertas dos diferentes mercados. Isso considera não só as materialidades físicas dos projetos urbanos, mas agrega às atividades e usos desses espaços os serviços que estão conectados a essas atividades, a experiência que pode ser projetada como revalorização dessas áreas urbanas e por fim, mas não menos importante o processo de comunicação dessas áreas urbanas para fora do território.

Portanto, a preocupação central do Urbanismo Tradicional está nas forças econômicas desiguais, no crescimento desordenado, na impossibilidade de regular o crescimento e na incompatibilidade entre o investimento privado e o controle da iniciativa pública no

desenvolvimento da cidade. Diferentemente, a ação pelo design estratégico se ocupa no reconhecimento de valores internos, na transformação do território em produto, na possibilidade de comunicá-lo externamente e no potencial de atratividade que o território passa a ter. Por isso, são áreas que não concorrem entre si, mas que se complementam no desenvolvimento do território da cidade.

Referências

CASTELLI, A. Un modello di riferimento per la valorizzazione del capitale territoriale: la porta di accesso e l'integrazione delle risorse, **SDI Design Review**. n° 2, 2005

CELASCHI, F., DESERTI, A. **Design e innovazione. Strumenti e pratiche per la ricerca applicata**. Roma: Carocci, 2007

DEMATTEIS, G. En la encrucijada de la territorialidad urbana. In: Ramos, A. **Lo Urbano em 20 autores contemporâneos**. Barcelona; ETSAB, 2004.

DEMATTEIS, G. Il territorio come risorsa per lo sviluppo locale. In: **Cuneo 2020**, 2005. (www.pianostrategico.cuneo.it)

DUARTE, F. **Crise das Matrizes Espaciais**. São Paulo; Perspectiva, 2002

FARRELL, G. et al. La competitività territoriale. Costruire una strategia di sviluppo territoriale alla luce dell'esperienza LEADER. **Innovazione in ambiente rurale**, n° 6.1, dez. 1999

MAGNAGHI, A. **Il progetto locale**. Torino: Bollati Boringhieri, 2007

UNCED, **The Rio Declaration on Environment and Development**, Declaração da conferencia do UNCED acontecida em Rio de Janeiro nos dias 3-14 jun. 1999